



TC 000.028/2014-2

Tipo: Tomada de Contas Especial

Unidade jurisdicionada: Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul/PR

Responsáveis: Amauri Cezar Johnsson (CPF 169.595.589-72) e Emerson Santo Stresser (CPF 000.274.679-45)

Advogado ou Procurador: José Ari Nunes, OAB 36.706/PR, representando Emerson Santo Stresser (peça 36) e Naian Meri Johnsson, OAB 61.079/PR, representando Amauri Cezar Johnsson (peça 49);

Proposta: citação

INTRODUÇÃO

Cuidam os autos de tomada de contas especial instaurada pela Fundação Nacional de Saúde em desfavor de Emerson Santo Stresser, ex-prefeito municipal de Rio Branco do Sul/PR, em razão da impugnação parcial das despesas em face da execução física de apenas 26,68% das obras previstas no Plano de Trabalho do Convênio 1196/2005 (Siafi 557243), pactuado entre a Fundação Nacional de Saúde/MS e a Prefeitura de Rio Branco do Sul/PR.

HISTÓRICO

2. Conforme registrado nas instruções precedentes (peças 8 e 26), o supracitado convênio foi firmado em 19/12/2005 pelo Sr. Sr. Amauri Cezar Johnsson, ex-prefeito de Rio Branco do Sul, com vigência inicial prevista até 19/12/2006 (peça 1, p. 11). Posteriormente, o ajuste foi prorrogado por duas vezes em razão do atraso na liberação dos recursos, primeiramente até 7/11/2007 (peça 1, p. 81) e depois até 6/11/2008 (peça 1, p. 83).

3. O objeto do convênio era a implantação do Sistema de Abastecimento de Água do município. A União, via Fundação Nacional de Saúde, seria responsável pela descentralização de R\$ 350.000,00 e a contrapartida municipal alcançaria o montante de R\$ 38.888,90, totalizando R\$ 388.888,90 (peça 1, p. 11). Do montante previsto, a Fundação Nacional de Saúde repassou R\$ 280.000,00 em duas parcelas iguais de R\$ 140.000,00, sendo a primeira em 15/5/2006 e a segunda em 7/11/2006 (peça 1, p. 85-87 e peça 6).

4. Em 17/12/2007 foi emitido o Relatório de Visita Técnica n. 1 (peça 1, p. 89-109), no qual foi consignado que a prefeitura municipal teria realizado modificações no projeto técnico aprovado pela Funasa e executado apenas 21% da meta física pactuada, concluindo assim pela não aprovação da prestação de contas parcial até que a obra atingisse o percentual de recursos liberados pela Funasa e que fossem atendidas as solicitações listadas no relatório.

5. No Relatório de Visita Técnica n. 2 (peça 1, p. 111-123), de 25/9/2009, emitido após o término da vigência do convênio, concluiu-se que apenas R\$ 120.437,44 dos recursos transferidos poderia ser validado como despesa realizada na meta física do convênio, o que corresponderia a 26,68% do valor pactuado. O referido valor seria relativo às obras executadas que poderiam ser consideradas como etapa útil, por estarem sendo usadas para reforçar o abastecimento de água da comunidade. Todavia, o restante dos valores repassados deveria ser devolvido pelo município.

6. Foi então emitido o Parecer Financeiro 138/2009, da Coordenação Regional do Paraná/Funasa, datado de 7/10/2009, no qual foi consignado que, dos recursos considerados corretamente utilizados, o montante de R\$ 118.156,04 corresponderia aos repasses da Funasa e R\$ 2.281,39 à contrapartida municipal (peça 1, p. 129-133).

7. Os Srs. Amauri Cezar Johnsson, prefeito gestor do convênio, e Adel Ruts, prefeito municipal de Rio Branco do Sul a partir de 2009, foram notificados pela Coordenação Regional do Paraná/Funasa em 21/11/2009 (peça 1, p. 155 e 157) e apresentaram suas justificativas à peça 1, p. 185-220 e peça 2, p. 5-41.

8. Foi então emitido pela Funasa o documento intitulado “Ofício n. 002/TCE Portaria n. 473 de 17DEZ09” (peça 2, p. 47-51), em 26/2/2010, no qual foi imputado ao Sr. Amauri Cezar Johnsson a responsabilidade pela devolução dos valores glosados no convênio e ao município de Rio Branco do Sul/PR a responsabilidade pela devolução do saldo existente na conta específica.

9. O recolhimento do saldo da conta vinculada ao convênio foi efetuado pelo prefeito em exercício, Sr. Emerson Santo Stresser, em 30/4/2010, no valor de R\$ 51.991,80 (peça 2, p. 107-121).

10. Em 7/6/2010 foi emitido o Parecer Financeiro 097/2010, consignado no Parecer Técnico DIESP 1271/DIESP/CORE/PR, de 28/4/2010, que concluiu pela não aprovação da prestação de contas do convênio, tendo em vista a não execução do objeto pactuado, imputando o débito não mais ao gestor municipal à época dos fatos, Sr. Amauri Cezar Johnsson, mas ao atual gestor municipal, Sr. Emerson Santo Stresser, por ter decidido não retomar a execução das obras objeto do convênio (peça 2, p. 125).

11. Desta feita, a Coordenação Regional do Paraná/Funasa notificou o Sr. Emerson Santo Stresser em 11/2/2011 (peça 3, p. 100-102), tendo o responsável apresentado suas justificativas em 11/10/2011 (peça 3, p. 120-122), as quais foram parcialmente rejeitadas no Despacho consignado à peça 3, p. 140-156, datado de 25/1/2012, no qual o débito passou a ser imputado somente ao município de Rio Branco do Sul/PR.

12. Destarte, o prefeito à época, Sr. Emerson Santo Stresser, solicitou à Funasa, em 18/6/2012, o parcelamento da dívida municipal (peça 3, p. 290-292).

13. Contudo, o pedido de parcelamento da dívida foi entendido pela Funasa como confissão de dívida pessoal do Sr. Emerson Santo Stresser, o que motivou a sua inclusão como responsável pelo débito (peça 3, p. 318, 324 e 340).

14. Em 16/10/2012 foi emitido pela Controladoria Geral da União o Despacho DPPCE/DP/SFC/CGU-PR n. 256552/2012 (peça 3, p. 352-356), o qual sugeriu a devolução do processo à Funasa para que fossem adotadas providências com vistas ao saneamento de diversas contradições existentes nas análises precedentes promovidas pela Funasa:

a) esclarecer, apresentando as devidas justificativas, os motivos que conduziram à imputação de responsabilidade ao Senhor Emerson Santo Stresser, considerando as observações apresentadas nos itens pretéritos;

b) inserir nos autos documentos que demonstrem os períodos em que foram realizados os pagamentos das despesas relativas ao convênio nº 1196/2005 e quanto do valor total do foi pago à empresa contratada para a execução do sistema de abastecimento de água, de modo a demonstrar com clareza, diante dos afastamentos e retornos do Senhor Amauri Cezar Johnsson na gestão municipal, qual(is) gestor(es) efetivamente ordenou(aram) as despesas. A partir da análise dessas informações, solicitamos rever, se for o caso, a atribuição de responsabilidade nas presentes contas;

c) havendo alteração na responsabilização, emitir nova(s) notificação(ões) ao(s) agente(s) responsabilizado(s), com a devida comprovação, nos autos, de seu recebimento por Aviso de Recebimento (AR) ou qualquer outra forma que assegure a certeza da ciência do interessado (se

necessário, por Edital), comunicando-lhe(s) a instauração da TCE, o motivo da impugnação e o valor do débito apurado, de maneira a garantir-lhe(s) o direito constitucional ao contraditório e à ampla defesa. Ressalta-se que, sendo responsabilizado o Senhor Adel Ruts, a notificação deverá ser emitida ao espólio, na pessoa de seu inventariante;

d) proceder, no que couber, à retificação das peças processuais, em consonância com o disposto na IN/TCU N.º 56, de 5/12/07, inclusive quanto à adequação da inscrição na conta Diversos Responsáveis, no SIAFI, que deverá espelhar a correta identificação do valor do débito atualizado, emitindo Relatório Complementar de Tomada de Contas Especial que contenha os esclarecimentos solicitados e a avaliação dos fatos novos tratados no processo, com a manifestação conclusiva quanto ao débito apurado, com o objetivo de subsidiar a certificação e o julgamento das contas.

15. Foi então exarado pela Superintendência Estadual da Funasa o Relatório Complementar de TCE (peça 4, p. 156-170), datado de 20/11/2012, no qual manteve-se o entendimento pela responsabilização da Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul solidariamente com o Sr. Emerson Santo Stresser, especialmente em razão do pedido de parcelamento requerido pelo responsável, o que se caracterizaria como confissão de dívida.

16. Desse modo foi elaborado pela Controladoria Geral da União o Relatório de Auditoria 1209/2013 e respectivo Certificado de Auditoria (peça 4, p. 219-223), nos quais foi imputada ao Sr. Emerson Santo Stresser e à Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul/PR a responsabilidade solidária pelo débito apurado.

17. Ato contínuo, foram emitidos o Parecer do Dirigente do Órgão de Controle Interno (peça 4, p. 224) e Pronunciamento do Ministro de Estado da Saúde (peça 4, p. 225).

18. Na instrução inicial deste TCU (peça 8), considerando a inexistência de documentos que permitissem a correta responsabilização pelo débito apurado, foi proposta a realização de diligência à Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul/PR, para que fossem apresentados os atos de posse e afastamento dos dirigentes municipais entre os anos de 2005 e 2013, bem como cópias dos extratos da conta corrente vinculada ao convênio (peça 11). Em resposta, foram encaminhados os documentos constantes das peças 21 e 23.

19. As novas informações recebidas foram analisadas na instrução de peça 26, na qual foi identificado o período em que cada um dos responsáveis esteve à frente da Administração Municipal, conforme documentos juntados à peça 23, p. 6, 8, 9 e 15, e peça 3, p. 22:

- Amauri Cezar Johnsson: 26/3/2005 a 27/8/2007, e a 15/11/2007 a 22/10/2008;
- Emerson Santo Stresser: 28/8/2007 a 14/11/2007, e 23/10/2008 a 31/12/2008.

20. Foram também consignados as datas e os valores impugnados, nos termos do demonstrativo de débito acostado à peça 2, p. 131:

- R\$ 14.196,83, em 30/11/2006;
- R\$ 7.854,65, em 15/2/2007;
- R\$ 58.598,12 em 23/2/2007;
- R\$ 27.922,80 em 1/3/2007;
- R\$ 30.000,00 em 17/9/2008.

21. Além disso, concluiu-se pela impossibilidade de responsabilização solidária do município, em razão de a impugnação das despesas ter decorrido do fato de que parcela dos valores foram aplicados em obras que se mostraram inservíveis à população do município.

22. Foram ainda registrados diversos equívocos cometidos ao longo dos pareceres emitidos no âmbito da Funasa (item 20 a 26 da instrução de peça 26):

20. É interessante observar que, ao início do processo, o tomador de contas da Funasa havia identificado o Sr. Amauri Cezar Johnsson como único responsável pelo débito. Esse entendimento foi alterado a partir do Parecer Financeiro n. 097/2010 da Fundação Nacional de Saúde (peça 2, p. 125), que passou a identificar o então gestor atual, Sr. Emerson Santo Stresser, como responsável pela devolução não apenas do saldo dos recursos não utilizados, mas também dos que foram impugnados, sem contudo justificar o novo posicionamento.

21. Essa justificativa só foi apresentada por ocasião do Parecer Financeiro n. 036/2011 (peça 3, p. 72), elaborado em atendimento ao Despacho n. 320/2011/COTCE/AUDIT, que restituía os autos à Superintendência Estadual da Funasa no Paraná em razão dessa e de outras inconsistências (peça 3, p. 64-66). Nesse documento, consta que a responsabilização do gestor municipal atual deveu-se à sua decisão de não dar continuidade ao convênio, conforme informação constante do Relatório de Visita Técnica n. 2.

22. No entanto, o referido relatório menciona o desinteresse do gestor em dar continuidade ao convênio no relato de reunião realizada na prefeitura em 7-5-2009 (peça 1, p. 121), de modo que não poderia se referir ao Convênio 1196/2005, objeto da presente tomada de contas especial, pois sua vigência já estava encerrada havia seis meses, desde 6-11-2008 (peça 1, p. 83), mas ao Convênio 1373/2006, cuja execução ainda não havia sido iniciada, e que também havia sido objeto de tratativas na mesma reunião.

23. Esse erro interpretativo jamais foi corrigido, não obstante o entendimento acerca da responsabilização ter sofrido diversas modificações no decorrer do processo, conforme sucintamente exposto nos parágrafos 10 a 13 supra, e a defesa do gestor apontado como responsável pelo débito ter alertado quanto à confusão que estava sendo feita entre os dois convênios firmados entre o município e a Funasa (peça 3, p. 12 e 18).

24. A CGU, ao analisar o processo, optou por devolver novamente o processo à Funasa, mediante o Despacho DPPCE/DP/SFC/CGU-PR n. 256.552/2012 (peça 3, p. 1467-1471), para que justificasse os motivos que conduziram à imputação de responsabilidade ao Sr. Emerson Santo Stresser, bem como para que identificasse os gestores que efetivamente ordenaram cada uma das despesas consideradas irregulares.

25. A tomadora de contas, em seu relatório complementar de TCE (peça 4, p. 157-171), deixou de atender à solicitação para que identificasse os gestores que ordenaram as despesas impugnadas, e apenas reiterou seu posicionamento, alegando, além da já referida decisão do gestor em não dar continuidade ao convênio (ainda sem atentar que a decisão se referia a outro convênio, que não o objeto da presente tomada de contas especial), dentre outros aspectos que não possuem qualquer relevância para o deslinde da questão, o argumento de que teria permanecido, além dos valores que foram devolvidos à Funasa, saldo de convênio no valor de R\$ 183.485,55 – sem atentar, porém, que esse valor também se referia ao Convênio 1373/2006.

26. Desta feita, porém, não foram refutados os argumentos apresentados pela tomadora de contas nem realizados novos questionamentos ou solicitações de informações à Funasa, de modo que o Relatório de Auditoria da CGU acabou por cancelar a indevida responsabilização do Sr. Emerson Santo Stresser solidariamente à Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul pela integralidade do débito apurado.

23. Destarte, foi proposta a citação dos dois ex-prefeitos (peça 26, p. 4-5), tomando-se por base os períodos em que cada um atuou na condição de prefeito municipal (item 19 supra), em confronto com a data dos pagamentos indevidos (item 20 supra).

24. Assim, a citação dos dois ex-gestores do município de Rio Branco do Sul/PR foi promovida nos seguintes termos:

32. Diante do exposto, submetem-se os autos à consideração superior, propondo a citação dos responsáveis indicados abaixo, nos termos do artigo 10, § 1º e inciso II do artigo 12, da Lei n.º 8.443/92, c/c o inciso II do artigo 202 do Regimento Interno do TCU para que apresentem alegações de defesa e/ou recolham aos cofres da Fundação Nacional de Saúde as importâncias a seguir relacionadas, atualizadas monetariamente conforme a legislação em vigor, em virtude da

impugnação de despesas que não constituíram etapa útil do Convênio 1196/2005, firmado entre a Funasa e o município de Rio Branco do Sul/PR:

a) Sr. Amauri Cezar Johnsson (CPF 169.595.589-72), Prefeito Municipal de Rio Branco do Sul/PR de 1-1-2005 a 28-8-2007 e de 14-11-2007 a 22-10-2008, pelos seguintes pagamentos irregulares:

Data da ocorrência	Valor original
30-11-2006	R\$ 14.196,83
15-2-2007	R\$ 7.854,65
23-2-2007	R\$ 58.598,12
1-3-2007	R\$ 27.922,80

Valor atualizado em 26-9-2016: R\$ 195.937,44

b) Sr. Emerson Santo Stresser (CPF 000.274.679-45), Prefeito Municipal de Rio Branco do Sul/PR de 28-8-2007 a 14-11-2007 e de 22-10-2008 a 31-12-2008, pelo seguinte pagamento considerado irregular:

Data da ocorrência	Valor original
17-9-2008	R\$ 30.000,00

Valor atualizado em 26-9-2016: R\$ 49.797,00

EXAME TÉCNICO

25. Em cumprimento ao Despacho do Secretário da Secex/PR (peça 28), foi promovida a citação dos Srs. Amauri Cezar Johnsson e Emerson Santo Stresser, mediante os Ofícios 1239 e 1240/2016-TCU/SECEX-PR (peças 29 e 30), datados de 21/10/2016.

26. Os responsáveis tomaram ciência dos ofícios que lhe foram encaminhados, conforme registrado no despacho acostado à peça 52, tendo apresentado suas alegações de defesa às peças 41 a 45 e 50.

27. Entretanto, antes de entrar na análise das alegações de defesa apresentadas pelos responsáveis cabe tecer algumas considerações a respeito dos trâmites que deram origem ao presente processo de tomada de contas especial.

28. Conforme registrado nos itens 20 a 26 da instrução de peça 26, transcritos no item 21 desta instrução, diversos equívocos e entendimentos divergentes foram adotados com relação à identificação dos responsáveis no âmbito das análises realizadas pelo órgão concedente.

29. Veja-se que inicialmente a responsabilidade pelo débito foi atribuída unicamente ao Sr. Amauri Cezar Johnsson no documento intitulado “Ofício n. 002/TCE Portaria n. 473 de 17DEZ09” (peça 2, p. 47-51), datado de 26/2/2010. Posteriormente, em 7/6/2010, foi emitido o Parecer Financeiro 97/2010, que retirou a responsabilidade do Sr. Amauri Cezar Johnsson e a transferiu ao Sr. Emerson Santo Stresser (peça 2, p. 125).

30. Mais uma vez, em 25/1/2012, novo Despacho do Tomador de Contas retirou a responsabilidade do Sr. Emerson Santo Stresser e passou a condenar unicamente o município de Rio Branco do Sul/PR (peça 3, p. 140-156).

31. Por fim, no Relatório Complementar de TCE exarado pela Superintendência Estadual no Paraná/Funasa (peça 4, p. 156-170), datado de 20/11/2012, concluiu-se pela responsabilidade da

Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul solidariamente com o Sr. Emerson Santo Stresser, especialmente em razão do pedido de parcelamento requerido pelo responsável, o que teria se caracterizado como confissão de dívida.

32. Nos termos do art. 2º da IN-TCU 71/2012, a tomada de contas especial é um processo administrativo devidamente formalizado, com rito próprio, para apurar responsabilidade por ocorrência de dano à administração pública federal, com apuração de fatos, quantificação do dano, identificação dos responsáveis e obter o respectivo ressarcimento.

33. Na instrução preliminar deste TCU (peça 26) foi feita uma reanálise dos fatos no intuito de proceder a regular quantificação do dano ao erário e a correta identificação dos responsáveis.

34. Contudo, verifica-se que novamente foram cometidos equívocos na metodologia adotada por esta unidade técnica com relação à quantificação do débito e à identificação dos responsáveis.

35. No que concerne à identificação dos responsáveis, considerando a metodologia adotada para a quantificação do débito, que utilizou os períodos em que os gestores estiveram à frente da gestão municipal em confronto com a data dos pagamentos indevidos, verifica-se a seguinte falha:

36. Foi atribuído ao Sr. Emerson Santo Stresser a responsabilidade pelo pagamento realizado em 17/9/2008, no valor de R\$ 30.000,00. Todavia, o responsável não exercia o cargo de prefeito na data referida, conforme consignado no exame técnico e na proposta de citação registrada instrução precedente (item 32, alínea b – peça 26, p. 5):

b) Sr. Emerson Santo Stresser (CPF 000.274.679-45), Prefeito Municipal de Rio Branco do Sul/PR de 28-8-2007 a 14-11-2007 e de 22-10-2008 a 31-12-2008, pelo seguinte pagamento considerado irregular:

Data da ocorrência	Valor original
17-9-2008	R\$ 30.000,00

37. Ou seja, na metodologia adotada na instrução de peça 26, todos os pagamentos supostamente indevidos seriam de responsabilidade do Sr. Amauri Cezar Johnsson, não havendo responsabilidade do Sr. Emerson Santo Stresser em relação a nenhum pagamento.

38. No tocante à metodologia adotada para quantificação do débito, foram consideradas as datas e os valores dos pagamentos reputados indevidos, nos termos consignados no demonstrativo de débito das despesas impugnadas pela Funasa (peça 2, p. 131).

39. Ocorre que não foi possível identificar no processo os motivos que conduziram ao entendimento de que esses pagamentos seriam indevidos e que os demais pagamentos seriam regulares. Em nenhum relatório de visita técnica ou parecer posterior foi apresentada qualquer análise específica a respeito dos pagamentos realizados.

40. A única referência encontrada está disposta na tabela anexada ao documento intitulado “Ofício n. 002/TCE Portaria n. 473 de 17DEZ09” (peça 2, p. 51). Contudo parte dos pagamentos registrados na referida tabela, inclusive três dos cinco que deram origem ao débito imputado (R\$ 14.196,83; R\$ 7.854,65; e R\$58.598,12) não apresentam correspondência com as datas e valores registrados nos extratos bancários da conta específica do convênio (peça 21).

41. De forma diversa, nos dois relatórios de visita técnica realizados foi consignado que a análise teria sido promovida sob a ótica do percentual da meta física executada do convênio em relação meta pactuada, não havendo qualquer referência específica aos pagamentos realizados.

42. No Relatório de Visita Técnica n. 01 (peça 1, p. 89-109), datado de 17/12/2007, foi apurado um percentual de meta física executada de 21% (peça 1, p. 89).

43. Posteriormente, no Relatório de Visita Técnica n. 02 (peça 1, p. 111-123), de 25/9/2009, foi apontado um percentual executado de 26,68%, que corresponderia ao valor total da meta física executada na etapa útil considerada de R\$ 120.437,44 (peça 1, p. 113).

44. No Parecer Financeiro 138/2009, da Coordenação Regional do Paraná/Funasa, datado de 7/10/2009, foi consignado que desse montante, R\$ 118.156,04 corresponderiam aos repasses da Funasa e R\$ 2.281,39 à contrapartida municipal (peça 1, p. 129-133).

45. Foi então emitido o documento intitulado “Ofício n. 002/TCE Portaria n. 473 de 17DEZ09” (peça 2, p. 47-51), em 26/10/2010, no qual, ao que parece, buscou-se correlacionar os valores indicados no parágrafo anterior (R\$ 118.156,04 e R\$ 2.281,39) à relação de pagamentos efetuados (peça 2, p. 51).

46. Porém, conforme consignado nos itens 39 e 40 supra, não foram explicitados em nenhum momento os motivos que levaram ao entendimento de quais seriam os pagamentos regulares e quais seriam os irregulares na relação de pagamentos, bem como o fato de que os valores e datas consignados, os quais foram utilizados para a quantificação do débito, não refletem o contido nos extratos bancários da conta específica do convênio (peça 21).

47. Assim, inexistente no processo análise individualizada dos pagamentos efetuados e considerando que a reprovação das contas foi consubstanciada e quantificada em relação ao percentual da meta física executada que poderia ser considerada como etapa útil à população, entende-se como mais adequada, no presente caso concreto, a quantificação do débito pela análise global dos valores repassados em confronto com os valores regularmente executados e com aqueles restituídos pelo conveniente ao órgão repassador, nas datas de sua ocorrência, nos seguintes termos:

VALORES A SEREM GLOSADOS			
DATA DA OCORRÊNCIA	VALOR ORIGINAL (R\$)	OCORRÊNCIA	PEÇA
17/05/2006	140.000,00	Crédito da Ordem Bancária n. 2006OB904613	peça 6, p. 1
17/05/2006	(118.156,04)	Meta Física Executada - Relatório de Visita Técnica n. 02	peça 1, p. 113 e 129
09/11/2006	140.000,00	Crédito da Ordem Bancária n. 2006OB911565	peça 6, p. 2
30/04/2010	(51.991,80)	Recolhimento do Saldo da Conta do Convênio	peça 2, p. 117

48. A forma de cálculo supracitada não somente se mostra mais adequada ao caso em análise como também é mais benéfica aos responsáveis.

49. No que concerne a responsabilidade pelo débito acima quantificado, há que ser considerado o prazo de vigência do convênio e os períodos de gestão de cada um dos ex-prefeitos:

49.1. O convênio teve seu prazo de vigência válido pelo período de 19/12/2005 a 6/11/2008, totalizando 1053 dias (peça 1, p. 11, 81 e 83).

49.2. O Sr. Amauri Cezar Johnsson, gestor responsável pela assinatura do convênio, esteve à frente da prefeitura de Rio Branco do Sul/PR desde o início da vigência do ajuste, em 19/12/2005 (peça 1, p. 11), até 28/8/2007 (peça 23, p. 8). Após ficar afastado por cerca de dois meses e meio, retornou pelo período de 14/11/2007 (peça 3, p. 22) a 22/10/2008 (peça 23, p. 15), tendo renunciado há quinze dias do término da vigência do convênio.

49.3. O Sr. Emerson Santo Stresser assumiu a gestão municipal no período de 28/8/2007 (peça 23, p. 8) a 14/11/2007 (peça 3, p. 22), por cerca de dois meses e meio, e a partir de 22/10/2008 (peça 23, p. 9), restando 15 (quinze) dias para o término da vigência do convênio.

50. As datas assinaladas deixam claro que o Sr. Amauri Cezar Johnsson foi o gestor do convenio, tendo permanecido no cargo pela quase totalidade do período de vigência do ajuste, que durou cerca de três anos.

51. Por outro lado, o Sr. Emerson Santo Stresser ocupou o cargo transitoriamente, por dois períodos, que não totalizaram nem três meses da vigência total do convênio.

52. Além disso, nos dois períodos em que assumiu o cargo não foi realizado nenhum pagamento sequer com recursos do convênio, conforme pode ser verificado no extrato bancário anexado à peça 21.

53. Outrossim, o motivo que teria levado a Funasa a concluir pela responsabilidade do Sr. Emerson Santo Stresser, consignado no Parecer Financeiro 36/2011 (peça 3, p. 72), seria o fato de que este teria decidido não dar continuidade à execução do convênio, conforme registrado no Relatório de Visita Técnica n. 02 (peça 1, p. 111-123). Contudo, tal argumento não se justifica, haja vista que a referida decisão teria sido comunicada em 7/5/2009, seis meses após a vigência do convênio já estar expirada (peça 1, p. 121), o que impossibilitaria a sua prorrogação.

54. Do exposto, não há justificativas para imputação de responsabilidade ao Sr. Emerson Santo Stresser, a qual deverá ser atribuída unicamente ao Sr. Amauri Cezar Johnsson, responsável pela assinatura e gestão do convênio, em razão da inexecução parcial do objeto ajustado.

55. Assim, propõe-se o refazimento da citação do Sr. Amauri Cezar Johnsson, em razão da mesma irregularidade registrada no ofício citatório precedente (peça 30), pelos valores quantificados no item 47 desta instrução, para que, caso queira, complemente as alegações de defesa já apresentadas nas peças 41 a 45.

CONCLUSÃO

56. A análise promovida no Exame Técnico desta instrução permitiu, na forma dos arts. 10, § 1º, e 12, incisos I e II, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 202, incisos I e II, do RI/TCU, definir a responsabilidade individual do Sr. Amauri Cezar Johnsson e apurar adequadamente o débito a ele atribuído.

57. Propõe-se, por conseguinte, que se promova a citação do responsável para que, caso queira, complemente as alegações de defesa já apresentadas, alertando-o que caso não seja apresentada nova manifestação, os documentos já trazidos aos autos serão considerados quando da análise do mérito do processo

PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

58. Diante do exposto, submetem-se os autos à consideração superior, propondo:

58.1. realizar citação do Sr. Sr. Amauri Cezar Johnsson (CPF 169.595.589-72), Prefeito Municipal de Rio Branco do Sul/PR nos períodos de 1/1/2005 a 28/8/2007 e de 14/11/2007 a 22/10/2008, com fundamento nos arts. 10, § 1º, e 12, incisos I e II, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 202, incisos I e II, do RI/TCU, para que, no prazo de quinze dias, apresente alegações de defesa e/ou recolha aos cofres da Fundação Nacional de Saúde as importâncias a seguir relacionadas, atualizadas monetariamente conforme a legislação em vigor, em virtude da impugnação de despesas que não constituíram etapa útil do Convênio 1196/2005, firmado entre a Funasa e o município de Rio Branco do Sul/PR:



DATA DA OCORRÊNCIA	VALOR ORIGINAL (R\$)	OCORRÊNCIA	PEÇA
17/05/2006	140.000,00	Crédito da Ordem Bancária n. 2006OB904613	peça 6, p. 1
17/05/2006	(118.156,04)	Meta Física Executada - Relatório de Visita Técnica n. 02	peça 1, p. 113 e 129
09/11/2006	140.000,00	Crédito da Ordem Bancária n. 2006OB911565	peça 6, p. 2
30/04/2010	(51.991,80)	Recolhimento do Saldo da Conta do Convênio	peça 2, p. 117

Valor atualizado até 21/6/2018: R\$ 226.988,51

58.2. alertar o responsável que, caso não sejam apresentadas novas alegações de defesa, os documentos já trazidos aos autos serão considerados quando da análise do mérito do processo.

58.3. informar ao responsável que, caso venha a ser condenado pelo Tribunal, o débito ora apurado será acrescido de juros de mora, nos termos do § 1º do art. 202 do RI/TCU.

Secex/PR, em 22 de junho de 2018.

(Assinado eletronicamente)
CASSIO DELPONTE VIDAL
Matrícula 7838-7
AUFC